



DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

Subsídios entram na reta final no Senado

SHEYLA LEAL / ASCOM-AMB



Maurício Soares e representantes de Associações durante ato diante do Supremo

O Senado Federal votará, neste mês, o PLC 27/2016, que recompõe parcialmente os subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal. A votação do projeto em plenário é fruto da mobilização das Associações de classe, entre elas a Amagis, intensificada em agosto, com o ato realizado, no dia 8 de agosto, contra retrocessos no Judiciário, e reuniões nos dias 9 e 23 do mesmo mês, com objetivo de garantir a aprovação da recomposição dos vencimentos. **PÁGINAS 2, 3, 4 e 5**

CELEBRAÇÃO E EXPANSÃO

AMAGIS



Cinco anos do programa foi celebrado em edição especial do Integramagis

A Amagis Saúde celebrou, no dia 25 de agosto, os cinco anos do 'Amor à Vida' em edição especial do Integramagis. Com a consolidação do programa, a diretoria da Associação avalia a possibilidade de ampliar as iniciativas do projeto. Na mesma noite, foi inaugurado o painel que conta os 40 anos de história do Plano de Saúde da magistratura. **PÁGINAS 23 e 24**

Mobilização afasta retrocessos constitucionais e institucionais

MAURÍCIO SOARES*

O início de segundo semestre, com a retomada dos trabalhos legislativos, foi de intensa mobilização, cujo maior saldo foi o fortalecimento do Judiciário e da Magistratura em um momento no qual cresce campanha de desconstrução do Sistema de Justiça. Foi uma reação importante e na hora certa, além de demonstração de unidade e de força, para barrar retrocessos constitucionais e institucionais, com cortes orçamentários e ataques às prerrogativas da classe.

Por razões não republicanas, havia orquestração articulada para desmoralizar o Judiciário e transformar a classe em bode expiatório da crise moral, política e econômica que tomou conta do País, além de enfraquecer as instituições responsáveis pelo histórico combate à corrupção.

“Rejeitamos quaisquer manobras que transformem a Magistratura em bode expiatório do ajuste fiscal”

Deixamos claro, no Ato Público nacional do dia 8 de agosto, que rejeitaremos quaisquer manobras de vinculação da correção, ainda que parcial, dos subsídios ao problema fiscal brasileiro. Igualmente contestamos e repudiamos tratamentos desrespeitosos a uma modesta reivindicação de reposição, em percentual muito aquém das reais perdas inflacionárias.

Nem mesmo insinuações maledicentes como a que acusa recebimento de vencimentos superiores ao dos ministros do STF poderá nos afetar. Há que se distinguir salários de outras vantagens e direitos devidos que são pagos parceladamente, como de férias não gozadas e correções atrasadas. A Constituição Federal não permite ganhos maiores do que os de ministro do Supremo, como também garante os direitos de quem os tem.

Respeitamos posicionamentos contrários, desde que feitos sem ofensas e

agressões, e reafirmamos que o Congresso Nacional é o foro constitucionalmente definido para deliberar, com diálogo e debate, sobre as propostas feitas de maneira republicana e dentro da lei.

Em outro esforço de manipulação, buscaram desqualificar os ganhos e a produtividade do magistrado brasileiro perante os de outros países. Mais uma tentativa frustrada, porque, de acordo com a Justiça em Números, do CNJ, o magistrado brasileiro concluiu no ano passado, 1.780 processos. Na Europa, os italianos julgam, em média, 1.000 por ano; os espanhóis, 700, e os portugueses, 400.

Neste mês, estamos perto de garantir a aprovação do projeto (PLC 27/16), que prevê o pagamento em duas parcelas (8,73% em junho de 2016 e 7,02% em janeiro de 2017), nos limites já auto-

rizados pela Lei 13.255/2016, e apresentado no ano passado. De 2015 para cá, a inflação já superou a casa dos 25%. Continuaremos unidos e vigilantes, com o respaldo imprescindível e ativo de cada um dos magistrados na defesa de nossos interesses junto aos parlamentares de cada região do Estado.

Nossa confiança e otimismo vêm da mesma mobilização e da permanente interlocução que nos levou a afastar a ameaça de cortes orçamentários do Judiciário em outro projeto (PLP 257). Nele, a Câmara dos Deputados excluiu cortes orçamentários e imposições de congelamento de concursos e salários. Nunca foram tão significativas, como efetivas, a união e mobilização de todas as Associações de Magistrados em parceria com o Colégio de Tribunais de Justiça, dos Tribunais de Justiça e entidades de outras carreiras do Ministério Público e da Defensoria Pública. ■

(*) Presidente da Amagis

ÍNDICE DECISÃO!

Magistratura dá demonstração de força
PÁG 03

Reposição dos subsídios é votada no Senado
PÁG 04

Mobilização impede cortes no Judiciário
PÁG 05

Orçamento do TJMG preserva conquistas
PÁG 06

Fórum obtém resultados positivos
PÁG 07

Cármem Lúcia abre atividades da Ejef
PÁG 08

Entrevista: Desembargador Wagner Wilson
PÁG 09

20 anos de Urna Eletrônica
PÁG 10

Contagem terá novo fórum
PÁG 11

Aposentadoria: Planejamento ajuda a manter o padrão de vida
PÁG 12

Corais tomam Minas
PÁG 14

Regulamento recebe inovações
PÁG 15

SAÚDE!

História preservada
PÁG 23

‘Amor à Vida’ busca ampliação aos 5 anos
PÁG 24

JORNAL MENSAL

ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)



PRESIDENTE

Desembargador Maurício Torres Soares

Vice-presidente Administrativa:

Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro

Vice-presidente Financeiro:

Desembargador Alberto Diniz Júnior

Vice-presidente de Saúde:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juíza José Martinho Nunes Coelho

Vice-presidente do Interior:

Juíza Antônio Carlos Parreira

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juíza Ricardo Torres Oliveira

Diretor-Secretário:

Juíza Christyano Lucas Generoso

Diretora-Subsecretária:

Juíza Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Magistratura dá demonstração de força

Mobilização contou com 400 membros de carreiras jurídicas

GEORGIA BAÇVAROFF



A participação de cerca de 400 representantes da magistratura, defensores públicos, Ministério Público, delegados federais e auditores de contas no ato público, realizado no dia 8 de agosto, na Câmara dos Deputados, em Brasília, pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Pú-

blico da União (Frentas) foi uma demonstração de força e compromisso com as prerrogativas das carreiras ameaçadas pelo PLS 280/16.

A Frentas é integrada pela AMB, Associações estaduais de Magistrados, entre elas a Amagis, a Associação dos Juizes Federais (Ajufe), Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Associação Nacio-

nal dos Membros do Ministério Público (Conamp), Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), e Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

SERVIÇO

Presente na mobilização, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, avaliou que o ato demonstrou a coesão das carreiras jurídicas contra o PLS 280/16, que prevê punições a crimes de abuso de autoridades. Para Maurício Soares, o projeto afeta diretamente a independência judicial ao permitir a punição de magistrados que aplicarem a lei penal em processos envolvendo criminosos poderosos.

“O ato público serviu para alertar que a classe está vigilante e que não irá admitir a possibilidade de punição do juiz pelo simples fato de interpretar a lei. Ficou claro que as carreiras jurídicas entendem que o PLS280/2016 atinge diretamente a inde-

Membros de Associações de classe na mobilização

pendência e criminaliza a atividade judicial. Sem o Judiciário independente, não há condições de o juiz exercer seu trabalho”, afirmou o presidente da Amagis.

No dia 11 de julho e 8 de agosto o presidente da Amagis contestou, por meio de nota, o PLS 280/16, que, além de enquadrar os juízes e transformá-los em réus, é uma tentativa de intimidação institucional. Caso aprovado, inviabilizará investigações como as operações Lava Jato, Zelotes, Pandora, entre outras. No texto, Maurício Soares destacou ainda que a proposta ofende a Constituição Federal e a Lei Orgânica da Magistratura (Loman), que garantem prerrogativas invioláveis da Magistratura, e agride a independência dos Poderes da República e o Estado Democrático de Direito.

Segundo o presidente da AMB e da Frentas, juiz João Ricardo Costa, a luta contra o PLS 280/16 passa pelo fortalecimento das instituições de classe. “Esse evento (ato) é um pontapé inicial contra esse projeto de lei que nos tira as atribuições e funções que são extremamente relevantes para uma sociedade democrática”, acentuou.

Após a mobilização na Câmara dos Deputados, a Frentas foi recebida pelo presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, na sede do Supremo, quando entregou documento no qual reafirmou a preocupação com o projeto e criticou o boicote seletivo a ramos específicos do Poder Judiciário. ■

ASCOM / AMB



Representantes da Frentas com Lewandowski

GEORGIA BAÇVAROFF



Magistrados mineiros chegam no STF

Reposição dos subsídios é votada no Senado

Parlamentares deverão votar o PLC 27/2016 no início de setembro

GEORGIA BAÇVAROFF



Maurício Soares no Conselho de Representantes

ASCOM / AMB



José Martinho na Coordenadoria de Aposentados

GEORGIA BAÇVAROFF



Aldina Soares no Conselho de Direitos Humanos

Quinze dias após a 13ª Reunião do Conselho de Representantes de Associações da AMB, em Brasília, no dia 9 de agosto, quando foi debatido o PLC 27/2016, que recompõe parcialmente os subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente do Senado, Renan Calheiros, marcou a votação do projeto para o início de setembro. O parlamentar afirmou ainda, que a alegação de que o reajuste agravaria a crise fiscal é “uma pequenez”.

Presente na reunião da AMB, o presidente Maurício Soares, que participou, nos dias 1º, 8 e 9 de agosto, das ações contra retrocessos no Judiciário (veja mais nas páginas 3 e 5), apresentou às Associações de todo o País as iniciativas da Amagis, que vão desde a mobilização da classe nas comarcas do interior ao contato cotidiano com parlamentares para sensibilizá-los em relação aos projetos de interesse da classe.

Ainda em agosto, no dia 23, o presidente da Amagis retornou a Brasília para acompanhar a tramitação do PLC 27/16, na Comissão de Assuntos Econômicos, cuja votação foi adiada após pedido de vista coletiva. No dia seguinte, Maurício Soares contestou as declarações do ministro Gilmar Mendes, do STF, que comparou recomposição dos subsídios da magistratura e do Ministério Público com reajustes salariais no poder público.

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Em outra frente de trabalho, o vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, juiz José Martinho Nunes Coelho, participou, no dia 8 de agosto, da reunião da Coordenadoria de Aposentados da AMB, em Brasília.

Na ocasião, foi discutida a necessidade de se definir com mais clareza o princípio da paridade da magistratura, a fim de garantir ao aposentado as mesmas parcelas pagas, a qualquer título, em caráter permanente, ao magistrado da ativa. Essa proposta será encaminhada à Comissão da Lei Orgânica da Magistratura da AMB.

Ainda em Brasília, diretora de Direitos Humanos da Amagis, juíza Aldina Soares, participou da reunião do Conselho de Direitos Humanos da AMB, na qual foram discutidas as audiências de custódia e as boas práticas da Justiça estadual em relação aos apenados e aos menores em conflito com a lei. ■

Mobilização impede cortes no Judiciário

Associações reagem e texto do PLP 257/2016 é alterado

A forte reação das Associações de classe à proposta de ajuste fiscal do PLP 257/2016, que tramitou em caráter de urgência na Câmara dos Deputados, obteve vitória parcial no dia 10 de agosto. A proposição foi aprovada por 282 votos a 140, na forma de uma emenda substitutiva oferecida pelo relator, deputado Esperidião Amin.

A emenda substitutiva que alterou o texto foi apresentada pelo relator do projeto, deputado Esperidião Amin, após intensa mobilização de Associações de magistrados e do Ministério Público. O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, esteve em Brasília nos dias 1º, 8 e 9 de agosto, empenhado em impedir o retrocesso institucional e a asfixia do Poder Judiciário. (Leia mais nas páginas 3 e 4).

UNIDADE

No plano estadual, o presidente Maurício Soares manteve interlocução com a Associação Mineira do Ministério Público e a Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais, para ampliar a mobilização junto aos

GEORGIA BACVAROFF



Diretoria reunida na sede da Amagis



Maurício Soares na coordenadoria da AMB

deputados federais, a fim de sensibilizá-los sobre os impactos do ajuste fiscal para o Sistema de Justiça.

A diretoria da Amagis reuniu-se, no dia 4 de maio, para discutir quais as estratégias e ações deveriam ser

adotadas na defesa das prerrogativas da magistratura, no aperfeiçoamento da Justiça e valorização da carreira.

Em vídeo aos magistrados mineiros, gravado na sede da Amagis, o presidente Maurício Soares e o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, alertaram para os riscos da aprovação do PLP 257/2016, e solicitaram apoio deles junto aos parlamentares de suas regiões, somando esforços em defesa da autonomia administrativa e financeira dos tribunais.

Sob o argumento do ajuste fiscal, o projeto estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao equilíbrio fiscal, exigindo, em contrapartida a contenção de gastos, entre os quais estava incluído o congelamento de concursos e do reajuste dos vencimentos das carreiras públicas. ■

RÁPIDAS

★ **Mineiro de Três Corações, o ministro João Otávio de Noronha, do STJ, tomou posse, no dia 24 de agosto, no cargo de corregedor Nacional de Justiça, vinculado ao Conselho Nacional de Justiça. O magistrado foi indicado por aclamação pelo Pleno do STJ, para o biênio 2016-2018.**

GIL FERREIRA - AGÊNCIA CNJ



★ **Para evitar que entrega da Comenda Des. Guido de Andrade seja realizada em ano eleitoral, a diretoria da Amagis modificou, no dia 4 de agosto, a portaria que criou a homenagem. A solenidade será realizada a cada dois anos, apenas em anos ímpares.**

★ **O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, recebeu, no dia 18 de agosto, a visita do presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, desembargador Nilson Reis, e de membros da instituição. O juiz Bruno Terra Dias, ex-presidente da Amagis, integra a diretoria e participou do encontro.**

IZABELA MACHADO



Orçamento do TJMG preserva conquistas

Proposta foi aprovada durante sessão do Órgão Especial

Mesmo num período de dificuldades econômicas para o País e baixa previsão de crescimento da receita para o próximo ano, o Órgão Especial do TJMG aprovou, no dia 17 de agosto, a proposta orçamentária para 2017, preservando as conquistas mais recentes da magistratura.

O cálculo elaborado pela Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças do TJMG, da qual o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, é integrante, foi apresentado ao Órgão

MARCELO ALBERT / TJMG



Salão do Órgão Especial no Palácio da Justiça

Especial pela equipe técnica do TJ.

A proposta prevê R\$ 4 bilhões e 556 milhões para despesas de pessoal, e R\$ 1 bilhão e 207 milhões para o custeio operacional do Tribunal e foi elaborada dentro do limite prudencial da Lei

de Responsabilidade Fiscal e dos prazos estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. As ações contempladas no cálculo mantêm coerência com o Planejamento Estratégico do Tribunal.

Na sessão, o presidente do TJMG, desembargador Her-

bert Carneiro, informou que será designada comissão para analisar e fiscalizar a programação e execução orçamentária do TJ.

Com a aprovação, a proposta orçamentária será encaminhada à Secretaria de Estado e Planejamento e Gestão (Seplag) para análise e posterior envio à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), para votação. A diretoria da Amagis manterá a interlocução com os parlamentares para garantir a aprovação do orçamento no Legislativo. ■

Amagis reforça defesa de magistrado

Ações judiciais e notas públicas reafirmam confiança na classe

Por atuação da Amagis, a 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Divinópolis condenou o proprietário do jornal Divinews a oito meses de detenção e 16 dias-multa, no regime aberto, substituída pela prestação pecuniária de R\$ 4.500,00, por ter publicado notas difamatórias contra o juiz Mauro Riuji Yamane, da 2ª Vara Criminal de Divinópolis.

Ainda em agosto, no dia 3, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, publicou nota em defesa do juiz da Vara de Execuções Penais de Uberlândia, Lourenço Migliorini, cuja atuação, que impediu uma rebelião de de-

tentos dos presídios dos presídios Jacy de Assis e Pimenta da Veiga, foi maldosamente criticada.

Mesmo de férias e fora da comarca, o magistrado tomou a iniciativa de gravar mensagem aos detentos, repassada para direção do presídio, evitando assim as consequências imprevisíveis de uma rebelião. Por meio de nota pública, o presidente da Associação repudiou as insinuações

de que o magistrado teria enviado mensagem aos celulares dos presos e que o uso dos aparelhos nos presídios seria de seu conhecimento.

No dia 4 de agosto, o presidente da Segunda Câmara Criminal do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, proferiu um voto de desagravo em apoio ao juiz Lourenço Migliorini.

Em outro episódio, que causou perplexidade em toda classe, a

diretoria da Amagis manifestou solidariedade à magistratura de Goiás após o incêndio que destruiu o Fórum de Goiatuba, a 175 quilômetros da capital Goiânia, na madrugada do dia 10 de agosto. Em nota, o presidente Maurício Soares reforçou a confiança na apuração ágil do ocorrido, e a importância da adoção de medidas que garantam a segurança dos juízes. ■

Fórum obtém resultados positivos

Iniciativa adotada em Ribeirão das Neves fortalece políticas públicas infantojuvenis

ARQUIVO PESSOAL



Reunião do Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente

Com pouco mais de dois anos, o Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente da Comarca de Ribeirão das Neves (Grande BH), criado em dezembro de 2014, tem apresentado resultados positivos na elaboração de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes.

O fórum foi criado após a realização do Diagnóstico da Infância e Juventude da cidade, designado pela juíza Lívia Borba, da 2ª Vara Criminal da Infância e da Juventude dessa comarca, com o objetivo do estudo era identificar as fragilidades e potencialidades da rede de proteção infantojuvenil.

De acordo com a comissária de menores, Janaína Godinho, o diagnóstico apontou a falta de estrutura de serviços básicos de atendimento na

área da saúde, educação e assistência social. Ela citou, como exemplo, um atendimento inferior a 10% da procura de creches para crianças de zero a três anos.

Além dos problemas estruturais, o desconhecimento pela população dos serviços oferecidos na comarca, a falta de integração entre essas atividades, ausência de um fluxo de atendimentos estabelecidos e necessidade de uma interlocução efetiva entre os órgãos que integram a rede de proteção à infân-

cia e juventude, incluindo o Judiciário, foram outras deficiências identificadas pelo estudo.

Diante desse quadro, o fórum passou a cumprir o papel de integração entre os órgãos públicos e a sociedade, promovendo reuniões na última sexta-feira de cada mês, desjudicializando e desburocratizando questões relacionadas à infância e juventude. "O Fórum contribui para um debate democrático sobre políticas públicas, ouvindo sugestões e demandas de órgãos que prestam aten-

dimento a crianças e adolescentes", avaliou a juíza Lívia Borba.

A magistrada destacou a capacitação dos conselheiros tutelares, a criação de mais um conselho tutelar no Bairro Veneza, a liberação de recursos do Fundo da Infância e Juventude para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescência e a elaboração de um plano de intervenção nas escolas para reduzir a criminalidade, como alguns dos principais avanços obtidos com o fórum até hoje. ■

Audiências Integradas

Ação busca mais efetividade para medidas socioeducativas

A realização de audiências integradas com adolescentes que cometeram atos infracionais leves, com o objetivo de promover a prevenção e impedir a reincidência, foi outro desdobramento do Diagnóstico da Infân-

cia e Juventude de Ribeirão das Neves.

Segundo a juíza Lívia Borba, geralmente 20 adolescentes são intimados e, após da abertura da audiência pela promotora, defensoria pública e pela magistrada, os jovens assistem a um vídeo

e participam de conversa em grupo com um assistente social. Paralelamente, pais e responsáveis reúnem-se com um psicólogo.

Nos casos necessários, o menor é encaminhado ao Centro de Referência Especializado da Assistência

Social, para cumprir a medida socioeducativa. "Queremos que a medida tenha significado real para o adolescente que cometeu seu primeiro ato infracional, visando evitar que ele volte a cometer novo ilícito", esclareceu a juíza. ■

Cármem Lúcia abre atividades da Ejef

No dia 12 de setembro, ministra tomará posse na presidência do STF

GEORGIA BAÇVAROFF



“O judiciário precisa ir além dos muros dos fóruns”. Afirmou a ministra Cármem Lúcia, presidente eleita do STF, menos de um mês antes de sua posse, no próximo dia 12, durante palestra realizada na abertura das atividades da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, no dia 19 de agosto, no TJMG.

O tema abordado pela ministra foi “O Judiciário no Século XXI: sua importância para a construção de uma sociedade fraterna”. Como parte das reflexões propos-

tas, Cármem Lúcia chamou a atenção para as mudanças da realidade, destacando que, no final do século XIX e início do século XX, os direitos sociais, garantidos pelo Poder Executivo, tornaram-se mais prementes para a sociedade.

Ao citar o historiador e filósofo Norberto Bobbio, segundo o qual entre os séculos XX e XXI, o mundo entrou para a era dos direitos, a Cármem Lúcia destacou que o momento não será de conquistar mais tantos direitos fundamentais, mas de garantir, com eficácia jurídica e social, a efetividade dos direitos obtidos. Nesse contexto, a ministra ressaltou ainda que a Constituição de 1988 ampliou os direitos dos cidadãos, que depositam suas esperan-

Ministra Cármem Lúcia e autoridades no TJMG

ças na Justiça para a resolução de conflitos de toda natureza, o que, para ela, só reforça a responsabilidade do Judiciário.

ÉTICA HUMANISTA

Na abertura da palestra, o 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargador Wagner Wilson disse que a formação integral dos magistrados e servidores, orientada para uma capacitação técnica sem abrir mão dos princípios da ética humanista, vão conduzir as ações da Escola Judicial no biênio 2016/2018 (*leia na página ao lado a entrevista com o magistrado*).

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador

Herbert Carneiro, saudou a ministra e afirmou que Minas Gerais contempla, mais uma vez e orgulhosamente, a chegada de outro membro de sua família à presidência do STF. “Com certeza, não lhe faltarão a experiência e os atributos necessários a uma eficiente e bem-sucedida condução da alta Corte, com sabedoria e tranquilidade”, afirmou.

Após a palestra, a ministra Cármem Lúcia visitou as Varas Especializadas em Violência Doméstica em Belo Horizonte. ■

CURSOS PARA MAGISTRADOS

★ **Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes (EaD e presencial)**
Vagas: 120 - Carga horária: 40 horas
Período: 17/10 a 22/11/2016
Presencial: 21 e 22/11/2016
Mais informações: enfam.jus.br

★ **Gestão de Pessoas (EaD e presencial)**
Vagas: 120 - Carga horária: 40 horas
Período: 17/10 a 22/11/2016
Presencial: 21 e 22/11/2016
Mais informações: enfam.jus.br

★ **Improbidade Administrativa (EaD)**
Vagas: 160 (4 turmas)
Carga horária: 40 horas
Período: 17/10 a 22/11/2016
Ensino a distância
Mais informações: enfam.jus.br

★ **Tratados Internacionais**
Vagas: 50 - Local: Brasília/DF
Período: 27 a 28/10/2016
Inscrições: até 27/09/2016
Mais informações: enm.org.br

★ **Gestão Orçamentária**
Vagas: 30
Local: Brasília/DF
Período: 10 a 11/11/2016
Inscrições: até 10/10/2016
Mais informações: enm.org.br

★ **Media Training**
Vagas: 30 - Local: Brasília/DF
Período: 20 e 21/10/2016
Inscrições: até 20/09/2016
Mais informações: enm.org.br



MARCELO ALBERT/TJMG

Desembargador Wagner Wilson

PERFIL

À frente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) há três meses, o desembargador Wagner Wilson, 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Escola, defendeu o aprimoramento do Judiciário com o uso das novas tecnologias, sustentado pela qualificação dos magistrados e servidores. Na avaliação dele, hoje, a formação de um juiz deve ir além do conhecimento jurídico e incorporar princípios administrativos, que possibilitem tornar os juízes líderes capazes de gerir suas secretarias, em favor de uma prestação jurisdicional cada dia mais efetiva.

“O trabalho da Ejef é preparar conciliadores. Fazer de todos colaboradores do Judiciário, evitando que a Justiça se sobrecarregue e não dê repostas às demandas em tempo hábil”

“O segredo do sucesso de qualquer instituição está no seu capital humano. Nossa obrigação é preparar bem os magistrados, para que eles estejam qualificados tanto no aspecto jurídico quanto administrativo”

No cenário de crise pelo qual passa o País, como avançar no aperfeiçoamento do Judiciário?

É preciso manter e avançar no uso de recursos tecnológicos adotados pela última gestão, preparando magistrados e servidores para uma prestação jurisdicional mais efetiva. A tecnologia é um caminho, mas essas inovações devem passar pela Escola Judicial, pois é ela quem vai formar o capital intelectual para dar continuidade a essas melhorias.

Em períodos de crise, diminui a possibilidade de fazermos investimentos, pois com a redução da arrecadação dos estados, evidentemente, o orçamento dos tribunais sofre um revés. Nesses momentos, precisa-se de criatividade para manter a linha de atuação.

Como as escolas judiciais podem contribuir para que o Judiciário tenha condições de atender à crescente demanda processual?

O Brasil é um País demandista, tendo o Poder Público como o principal “cliente” da Justiça. São cerca de 100 milhões de processos para 22 mil cargos de juízes, dos quais boa parte não está preenchida. Trata-se de uma carga sobre-humana.

A avaliação é de que é melhor conciliar do que demandar.

Nesse sentido, temos feito reuniões com o poder público e também buscamos o setor privado. O trabalho da Ejef é preparar conciliadores. Fazer de todos colaboradores do Poder Judiciário, evitando assim que a Justiça se sobrecarregue e não dê repostas às demandas em tempo hábil. É preciso barrar os conflitos desde o início, valendo-se da conciliação.

O TJMG está preparado para atender às exigências de capacitação ao novo CPC?

Desde as primeiras discussões à aplicação do novo Código de Processo Civil (CPC), o Tribunal de Justiça, por meio da Escola Judicial, tem promovido grupos de estudos, seminários e palestras com especialistas, e criou um canal de diálogo para dúvidas de magistrados e servidores. Iremos continuar as capacitações, as discussões sobre as novas orientações do CPC e acompanhar evolução e aplicação do CPC nas ações ajuizadas com base no novo código.

Qual aspecto o senhor considera determinante na formação do magistrado?

O segredo do sucesso de qualquer instituição está no seu capital humano. Nossa obrigação é preparar bem os magistrados, para que eles estejam qualificados tanto no aspecto jurídico quanto

administrativo. É importante que sejam gestores, líderes, que saibam administrar as suas secretarias.

É preciso ainda que os juízes possam contar com servidores preparados para lidar com os problemas que surgem no dia a dia, pois não adianta a produção do magistrado ser muito grande e o serviço auxiliar não estar preparado para executar as determinações dele.

O magistrado tem que despachar, sentenciar, decidir e gerir a execução desse trabalho. Esse é o principal foco da Escola Judicial na nossa gestão: preparar o magistrado para ser gestor, e o servidor para saber executar e também gerir o processo.

Como o magistrado que está em uma comarca distante pode resolver questões mais complexas para as quais ele não foi preparado?

Eu diria que a distância era um problema maior no meu tempo, pois não tínhamos internet, e telefone, era só de vez em quando. Hoje, a Escola oferece cursos a distância, realiza reuniões regionais, congressos e palestras. Apesar de sozinho fisicamente, os juízes estão “próximos” virtualmente. ■

20 anos de Urna Eletrônica

Justiça Eleitoral lançará 11 aplicativos para tablets e smartphones

ELZA FIUZA / AGÊNCIA BRASIL



No próximo dia 2 de outubro, quando forem escolher os candidatos a vereadores e a prefeitos, os eleitores estarão consolidando juntamente com o voto os 20 anos de uso das urnas eletrônicas nas eleições brasileiras.

Apesar de serem utilizadas pela Justiça Eleitoral há duas décadas, o Código Eleitoral de 1932 já previa a aplicação de máquinas de votar. Em 1960, Sócrates Puntel inventou a primeira urna mecânica. Entretanto, os modelos criados nesse período eram difíceis de transportar e não eram seguros o suficiente para garantir o sigilo do voto.

A partir de 1980, com a informatização da Justiça Eleitoral e com o recadastramento eletrônico de cerca de 70 milhões de eleitores em todo o País, o banco de dados nacional com informações do eleitorado foi reestruturado. Em 1994, a totalização dos votos foi informatizada. Dois anos depois, nas eleições de outubro de 1996, as urnas eletrônicas foram utilizadas pela primeira vez, concretizando o objetivo idealizado

há 84 anos no Código Eleitoral de 1932.

Nesses 20 anos, a urna eletrônica recebeu diversas inovações. O primeiro modelo possuía uma impressora para o registro do voto, que era depositado em urna acoplada à máquina. Na eleição seguinte, 1998, a principal novidade foi a inclusão da foto dos candidatos. Em 2000, foi instalada uma saída de áudio, para fone de ouvido, permitindo o uso do mecanismo por portadores de deficiência visual. Uma das mudanças mais recentes foi a adoção do leitor de digital para o voto biométrico.

Com o passar do tempo, a Justiça Eleitoral acompanhou os avanços tecnológicos e ingressou na era digital. Neste ano, o Tribunal Superior Eleitoral lançará 11 aplicativos para tablets e smartphones, com informações sobre processos, candidatos, locais de votação, resultados e para denúncias, a fim de facilitar a eleitores o esclarecimento de dúvidas e oferecer aos servidores serviços capazes de garantir agilidade no processo eleitoral. Saiba mais sobre esses serviços no infográfico ao lado. ■▶

APLICATIVOS DA JUSTIÇA ELEITORAL PARA 2016

- ▶ **Agenda JE** – Disponibiliza as datas do calendário eleitoral e as informações sobre o calendário da transparência
- ▶ **JE Processos** – Permite o acompanhamento do trâmite dos processos do Sistema de Acompanhamento Processual e do Processo Judicial Eletrônico
- ▶ **Candidaturas** – Possibilita ao eleitor visualizar informações como nome completo do candidato, nome escolhido para a urna, número, situação do registro de candidatura, cargo, partido, coligação e o link para o site do candidato
- ▶ **Mesários** – Reúne informações sobre processo eleitoral, com instruções, orientações, perguntas e respostas, complementando o treinamento dos mesários e auxiliando no esclarecimento de dúvidas
- ▶ **Agregador** – Aglutina dados para o eleitor como situação do título, orientações sobre justificativa, local de votação, informações sobre propaganda eleitoral e contatos do Disque-Eleitor
- ▶ **Pardal (denúncias)** – Possibilita aos eleitores notificarem irregularidades e inconformidades nas campanhas
- ▶ **Onde votar ou justificar** – Funciona como um guia que auxilia os eleitores que estão em dúvida sobre a zona ou seção em que votam. Permite ainda àqueles que estejam fora do seu domicílio eleitoral identificar os locais de votação e postos de justificativa em todo o Brasil
- ▶ **Boletim na mão** – Permite de forma rápida, segura e simplificada o acesso às informações contidas nos Boletins de Urna, que são impressos após o encerramento da votação
- ▶ **Resultados** – Informa em tempo real os dados do resultado da eleição em todo o Brasil e permite selecionar os candidatos para acompanhar a apuração dos escolhidos
- ▶ **QRUEL (preparação das urnas)** – Por meio do QR Code (código de barras bidimensional), o servidor da Justiça Eleitoral pode verificar se a urna está operando de forma correta
- ▶ **Checkup da urna** – Desenvolvido para técnicos da Justiça Eleitoral, o aplicativo checa as funcionalidades gerais das urnas, permitindo a manutenção preventiva antes de fazer o carregamento da urna

Contagem terá novo fórum

Presidentes do TJMG e Amagis visitaram obras

Uma comitiva de magistrados, integrada pelo presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, e o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, visitou, no dia 2 de agosto, as obras do novo prédio do Fórum de Contagem (Grande BH), que deverão ser concluídas em 2018.

RODRIGO VILAÇA / TJMG



Herbert Carneiro, Carlin Moura, Maurício Soares e autoridades

Com uma área construída no total de mais de 20 mil metros quadrados, o prédio terá oito pavimentos, capacidade para instalação de 46 varas, que poderão ser ampliadas, salão do júri com capacidade para 200 lugares, sala do

júri secundária com 80 lugares, elevadores, circuito interno de TV, 593 vagas de estacionamento, além de ser adaptado para atender às necessidades de pessoas portadoras de deficiência física.

Antes da visita, o presidente do TJMG e o prefeito de Contagem, Carlin Moura, assinaram o termo de cooperação técnica para a implantação do Núcleo de Avaliação de Tecnologia em Saúde na comarca, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o objetivo de subsidiar os magistrados em decisões relacionadas a conflitos em saúde. ■

Debate com candidatos à AMB

Amagis convidará chapas para discussão com magistrados

As inscrições para a disputa da eleição da nova diretoria da AMB serão encerradas às 18h do dia 12 deste mês. Assim que forem conhecidos, formalmente, os postulantes à direção da associação nacional, para o triênio 2017/2019, a diretoria da Amagis convidará os

candidatos a presidente da AMB para debate com a magistratura mineira.

A discussão será oportunidade para os candidatos apresentarem suas plataformas

de gestão para a AMB, possibilitando ainda aos associados da Amagis esclarecerem suas dúvidas e exporem suas posições sobre temas que consideram relevantes. No encontro, o presi-

dente da Amagis, desembargador Maurício Soares, entregará aos concorrentes documento com propostas da magistratura mineira.

O debate será transmitido ao vivo, pelo site da Amagis, no qual serão divulgadas todas as informações sobre a eleição 2016 da AMB. A votação será de 5 a 9 de novembro, pela internet, e de 10 a 11 de novembro, por carta ou pessoalmente. ■

RÁPIDAS

MARCELO ALBERT / TJMG



★ O desembargador Moacyr Lobato tomou posse, no dia 12 de agosto, no cargo de ouvidor do TJMG. O desembargador Luís Carlos Gambogi será o ouvidor substituto. O presidente do Tribunal, desembargador Herbert Carneiro, participou da posse.

GEORGIA BAÇVAROFF



★ Os desembargadores Maurício Soares, presidente da Amagis, Alexandre Victor de Carvalho, e os juizes Fernando Antônio Galvão da Rocha, presidente do TJMMG, Marcos Vedovotto e Neuza Maria Guido foram homenageados, no dia 26 de agosto, pela Aspra/PMBM e pela Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira, com a outorga da Medalha Duque de Caxias.

ARQUIVO PESSOAL



★ O desembargador Doorgal Borges Andrada participou, dos dias 11 a 29 de julho, do curso de Direito Internacional da Academia do Tribunal Internacional de Justiça de Haia, na Holanda, sendo o único representante da magistratura brasileira.

APOSENTADORIA

Planejamento ajuda a manter o padrão de vida

IZABELA MACHADO E GEÓRGIA BAÇVAROFF

Todo mundo já ouviu alguma vez na vida o ditado popular que diz que colhemos aquilo que plantamos. Essa é uma regra que, se tiver exceções, são raríssimas. E ela se aplica muito ao futuro. Pensamos no que almejamos lá na frente, e começamos a plantar a partir de agora.

É comum as pessoas não se preocuparem muito com o futuro, especialmente quando estão no auge da carreira, com uma renda regular e um padrão de vida satisfatório. Mas esse é um equívoco. **De acordo com o economista e conselheiro suplente do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Corecon-MG), Márcio Lana, a vida é imprevisível e não se pode contar só com o que se ganha hoje.** “É muito importante fazer uma previsão e um planejamento para o futuro”, disse.

O juiz aposentado e advogado Jorge Franklin Alves Felipe, que é especialista em previdência, destacou que hoje, em todos os setores, público e privado, há uma preocupação muito grande com o presente, mas o planejamento financeiro em longo prazo tem sido esquecido. “Embora vivendo o presente, o homem não poderia deixar, para plano secundário, as perspectivas de seu futuro, que passam por um bom planejamento de aposentadoria. Previdência é opção de longo prazo. Por isso, em geral é deixada para um segundo plano”, afirmou.

Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), divulgados no primeiro semestre deste ano, apontam para o aumento significativo da expectativa de vida da população brasileira, que, atualmente, está em torno de 75 anos, acima da média mundial, que é de 71,4 anos. Se a expectativa é viver mais, planejar o futuro torna-se ainda mais essencial.

MUDANÇAS NA REGRA

O sistema de previdência dos magistrados, que contempla os benefícios da aposentadoria e pensão, sofreu mudanças a partir da Emenda Constitucional nº 20, de 1998. A emenda inseriu juízes e desembargadores nas mesmas regras de aposentadoria dos demais servidores públicos, estabelecendo a necessidade de 35 anos de contribuição para homem e 30 anos para mulher, e idade mínima para a aposentadoria por tempo de contribuição que, no caso do homem, é de 60 anos e, no da mulher, de 55 anos.

Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 41 veio abolir da regra permanente da Constituição Federal os benefícios da integralidade na concessão da aposentadoria e da paridade de proventos dos aposentados. A referida emenda já previa a Previdência Complementar no serviço público, na dependência de lei do ente federativo. Finalmente, no ano passado, seguindo a União, o Estado de Minas Gerais instituiu, no âmbito dos três poderes, o regime de previdência complementar, já vigente.

O juiz aposentado Jorge Franklin contou que, antes da Emenda Constitucional nº 20, a aposentadoria dos magistrados, tal como dos demais servidores públicos, não dependia de contribuição obrigatória, era concedida ao se completar 30 anos de serviço/contribuição, independentemente de sexo, não exigia idade mínima, era deferida com base na última remuneração e assegurava-se ao aposentado o benefício da paridade com os magistrados da ativa.

CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

De acordo com Jorge Franklin, hoje, o magistrado que ingressa na carreira, e não foi servidor público, contribui para o regime próprio de previdência dos servidores públicos até o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que, atualmente, é de R\$5.189,82. “O benefício pago pelos cofres públicos não corresponderá, no entanto, ao referido valor, mas será calculado pela média das 80% maiores remunerações a partir de julho de 1994, ou da data do ingresso do servidor em regime previdenciário, se posterior, tal como sucede no RGPS”, observou o magistrado.

“A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR É UM IMPORTANTE INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO. EM ALGUNS CASOS, SE ELA NÃO SE AFIGURAR OPORTUNA PARA O MAGISTRADO, PODE TAMBÉM SER FEITA EM PROL DE SEUS CÔNJUGES E FAMILIARES” – JUIZ APOSENTADO JORGE FRANKLIN, ESPECIALISTA EM PREVIDÊNCIA

“UM MAGISTRADO QUE, HOJE, POSSUI UM DETERMINADO PADRÃO FINANCEIRO, NÃO MAIS O TERÁ AO SE APOSENTAR. PORTANTO, ATITUDES EM RELAÇÃO A ISSO DEVEM SER TOMADAS COM BASE NO QUE QUEREMOS PARA NÓS PRÓPRIOS A PARTIR DOS 70 OU 75 ANOS” – JAIR SANTANA, DIRETOR EXECUTIVO DA JUSPREV

A diferença entre a remuneração do servidor e o referido teto não mais será paga por meio dos cofres públicos. O magistrado pode aderir à entidade de previdência complementar criada pelo Estado e, com isso, contribuirá juntamente com o órgão público pagador, sendo seu benefício de previdência complementar concedido pela referida entidade, com base na valorização de suas cotas. Dessa forma, como esclareceu Jorge Franklin, o magistrado terá dois contracheques: um dos cofres públicos até o teto do INSS e outro da entidade de previdência complementar, cujo valor não é previamente definido, já que dependerá das contribuições efetivadas, do rendimento dessas contribuições e do que, por ocasião da aposentadoria, existir de recursos na conta do participante. Portanto, o regime é de contribuição definida e não de benefício definido.

PERDAS

Para o juiz aposentado Jorge Franklin, os prejuízos com este novo regime para os novos magistrados são evidentes. "A queda da integralidade, advinda da Emenda Constitucional nº 41, já foi uma perda. Outro problema é a restrição do valor da aposentadoria pública ao teto do INSS, com a complementação pela previdência complementar, em que o magistrado sabe quanto vai contribuir, mas não sabe quanto vai receber", alertou.

ALTERNATIVAS

As Associações de magistrados de todo o País, entre elas a Amagis, vêm atuando permanentemente para mudar essas regras, de modo a reconquistar os antigos direitos. Mas enquanto isso não acontece, é preciso que os magistrados, principalmente os que ingressaram mais recentemente na carreira, planejem alternativas de renda futura.

A previdência privada pode ser uma garantia para assegurar a manutenção ou um percentual razoável de renda no momento da aposentadoria. O economista Márcio Lana disse que, para planejar, é necessário pensar na renda almejada para manter o padrão de vida no futuro. As opções são totalmente individuais. "O im-

portante é saber que o desembolso de hoje é o que vai garantir o rendimento do amanhã", orientou.

A filiação à Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais (Prevcom) já é um plano de aposentadoria privado, embora tenha o poder público como instituidor. Uma de suas vantagens, segundo o juiz Jorge Franklin, é o aporte do Estado, que não existirá se o magistrado optar por uma entidade de previdência privada do mercado.

Porém, alertou o juiz, a contratação de outros planos de previdência complementar será sempre interessante se o magistrado não fizer resgate em curto prazo e se avaliar os benefícios fiscais do imposto de renda. "A previdência complementar é um importante instrumento de planejamento sucessório. Em alguns casos, se ela não se afigurar oportuna para o magistrado, pode também ser feita em prol de seus cônjuges e familiares", observou Jorge Franklin.

Investimento em letras do Tesouro Nacional é outra linha de aplicação que garante uma boa rentabilidade, de acordo com Márcio Lana. Outra opção de investimento para o futuro, segundo o economista, é o mercado imobiliário. "A formação do patrimônio é uma garantia, apesar das variações de mercado. A vantagem do imóvel é a valorização que ele terá ao longo dos anos", apontou.

JUSPREV

O diretor executivo da Jusprev, a Previdência Associativa do Ministério Público e da Justiça Brasileira, Jair Santana, também ressaltou a necessidade de se planejar o futuro.

"Um magistrado que, hoje, possui um determinado padrão financeiro, não mais o terá ao se aposentar. Portanto, atitudes em relação a isso devem ser tomadas com base no que queremos para nós próprios a partir dos 70 ou 75 anos de idade, quando ainda estaremos saudáveis, com muito tempo de vida pela frente, mas com a produção laboral em baixa", afirmou.

Jair Santana, que já foi juiz estadual em Minas Gerais, recomendou a busca de conhecimentos sobre a previdência e todas as informações possíveis, bem como a busca de projeções para o futuro dentro da realidade e da perspectiva de cada um. "A Amagis pode auxiliar nessas projeções por meio da Jusprev, que foi criada por ela e outras 55 associações de classe de carreiras jurídicas", orientou Santana. ■

PERFIS DE INVESTIDORES:



CONSERVADOR - privilegia a segurança e faz todo o possível para diminuir o risco de perdas, para isso aceitando até uma rentabilidade menor.

MODERADO - procura um equilíbrio entre segurança e rentabilidade e está disposto a correr um certo risco para que o seu dinheiro renda um pouco mais do que as aplicações mais seguras.

ARROJADO - privilegia a rentabilidade e é capaz de correr grandes riscos para que seu investimento renda o máximo possível.

* FONTE: INVESTIDOR.GOV.BR

SUGESTÕES DE INVESTIMENTOS PARA COMPLEMENTAÇÃO DE RENDA FUTURA



- Previdência privada
- Aplicações em títulos do Tesouro Nacional
- Investimento em imóveis

* Todos os investimentos devem ser feitos pensando no médio ou longo prazo.

**FONTE: ECONOMISTA MÁRCIO LANA

EXPECTATIVA DE VIDA



ANO	TOTAL
1940	45,5
1950	48,0
1960	52,5
1970	57,6
1980	62,5
1990	66,9
2000	69,8
2010	73,9
2014	75,2

EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER NO BRASIL (AMBOS OS SEXOS)
*** FONTE: IBGE

Corais tomam Minas

Festival terá mais de 120 apresentações na capital e no interior

Dos dias 10 de setembro a 9 de outubro, corais de todo o País e da América Latina irão se encontrar na edição 2016 do Festival Internacional de Corais e Bandas (FIC), que, neste ano, tem como homenageado o poeta e compositor Fernando Brant, falecido em junho de 2015.

Ao todo, serão realizadas 120 apresentações gratuitas, que acontecerão em Belo Horizonte, Betim, Baldim, Casa Grande, Contagem, Mariana, Ouro Preto,

GERCOM-NO



Igreja da Pampulha receberá corais

Pedro Leopoldo, Sabará, Santa Luzia e São João del Rei. Os eventos serão realizados em teatros, centros culturais, igrejas, museus, no Conjunto Arquitetônico Pampulha e na escadaria do Palácio da Justiça do TJMG.

No dia 10, quando o festival terá início, as apresentações serão realizadas às 17h, no Santuário São Judas Tadeu, em Belo Horizonte, e às 20h, no Adro da Igreja de Nossa Senhora do Ó, em Sabará (Região Metropolitana).

O encerramento será realizado a partir das 11h, no Adro da Ermida da Padroeira Nossa Senhora da Piedade, na Serra da Piedade, em Caeté (Grande BH).

Para o evento final, está prevista a participação de mais de 60 corais e bandas, e a presença de 20 artistas convidados como Fagner, Toninho Horta, Geraldo Vianna, Chico Lobo, Marcos Viana, Tunai, Tavinho Moura, Mariana Brant, Marina Machado, Quarteto Cobra Coral e Trio Amaranato. ■

Aparelhos Auditivos

100% invisíveis



30% de desconto
para associados
AMAGIS

Ligue **0800 011 1000**
audiumbrazil.com.br

Audium 
Audição é a nossa paixão



**ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL E
EXTRAJUDICIAL DE EMPRESAS.**

Conheça nossa atuação. Faça contato.

Alameda Oscar Niemeyer, 420, sl.304 - Vila da Serra - Nova Lima/MG
CEP: 34000-000 - www.dictuminstituto.com.br - (31) 3282-5374

Dictum
instituto de gestão e perícia

Regulamento recebe inovações

Diretoria ampliou o uso das Colônias Férias pelo grupo familiar

AMAGIS



Colônia de Ubatuba, no litoral paulista

Para estimular ainda mais o uso das Colônias de Férias pelos associados e familiares, a diretoria da Amagis aprovou, no dia 4 de agosto, a ampliação do uso das unidades pelos membros do grupo familiar do magistrado, que, a partir de agora, deverão ser cadastrados previamente.

Com a mudança, além do magistrado e seus dependentes diretos, os membros do grupo familiar poderão frequentar as Colônias de Férias sem a presença do titular, mas sob a responsabilidade dele, mediante pagamento de diária e com período previamente definido, desde que haja alguma unidade ociosa.

O grupo familiar só poderá usufruir da hospedagem nas colônias fora dos períodos de alta temporada, que correspondem aos meses de janeiro, julho e dezembro, e aos feriados de Carnaval e da Semana Santa.

Outra alteração feita no regulamento diz respeito à desistência da reserva das acomodações. De acordo com a nova norma, o magistrado será restituído do valor depositado proporcionalmente ao número de dias que o cancelamento for comunicado, em relação à data de utilização.

Quando o associado abdicar da vaga em mais ou até 70 dias, ele terá o valor restituído integralmente. De 30 a 40 dias antes do período previsto para hospedagem, o reembolso corresponderá a 50% do valor pago. A desistência manifestada em prazo inferior a 30 dias da data de utilização implicará em devolução de 30%, mediante carta de crédito em nome do desistente (*Veja ao lado*).

Com as medidas, a diretoria da Amagis espera não só manter o bom fluxo de visitantes em suas colônias, mas garantir o ambiente familiar, que, aliado a uma infraestrutura completa, proporciona aos associados uma oportunidade de lazer tranquila e cômoda.

Ao todo, são cinco colônias – Ubatuba, Caxambu, Nova Viçosa, Caldas Novas e Cabo Frio –, cuja localização tem o objetivo oferecer opções aos magistrados que atuam nas diferentes regiões de Minas Gerais.

São consideradas ainda unidades sociais da Amagis, o Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito, Parque Esportivo, Salão de Festas e o auditório, cujo uso está normatizado no regulamento disponível no endereço eletrônico <http://bit.ly/2bN9aL8>. ■

Veja algumas das atualizações feitas no regulamento

O associado poderá desistir da reserva, observadas as regras e condições abaixo:

- ▶ **A desistência manifestada com antecedência igual ou superior a 70 dias à data de utilização implicará na restituição do valor pago integralmente;**
- ▶ **Se feita com antecedência de 50 a 69 dias à data de utilização implicará na restituição de 70% do valor pago;**
- ▶ **Com antecedência de 30 a 49 dias à data de utilização implicará na restituição de 50% do valor pago;**
- ▶ **Se manifestada em prazo inferior a 30 dias da data de utilização implicará devolução de 30%, mediante carta de crédito em nome do desistente.**
- ▶ **Independente do prazo de desistência, se houver a utilização do mesmo imóvel, no mesmo período, por outro associado, o desistente terá direito à restituição integral do valor pago.**
- ▶ **Os casos fortuitos ou excepcionais serão apreciados pela Diretoria respectiva.**



Consulte as normas para uso das unidades sociais da amagis
<http://bit.ly/2bN9aL8>

VIA JUSTIÇA

PENSAMENTO JURÍDICO



FERNANDA MARQUÊS



BÁRBARA MACHADO

Legítima defesa

O Via Justiça discute a legítima defesa no ordenamento jurídico brasileiro. Participam do programa, o desembargador Jaubert Carneiro Jaques, da 6ª Câmara Criminal do TJMG, e o advogado Gustavo Souza Silva. Quando se diz que o ato de defesa deve ser proporcional à gravidade da ameaça ou agressão, o que a lei quer comunicar? Como o Código Penal considera a legítima defesa? (Foto)

Justiça e Saúde

O tema é a crise da saúde no Brasil e os reflexos dela sobre o Poder Judiciário. O TJMG estabeleceu, em junho, prioridade no julgamento de processos sobre saúde pública e suplementar. Os convidados são a desembargadora Vanessa Verdolim Hudson Andrade e Bruno Barcala Reis, defensor público. Qual é a dimensão da crise da saúde no Brasil e em Minas Gerais?

Saúde prisional

O CNJ lançou o programa Saúde Prisional, para garantir assistência básica de saúde aos presos no Brasil. Como assegurar o acesso universal dos detentos às ações de assistência básica à saúde? Para falar sobre o assunto convidamos o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, da Vara de Execuções Penais de Belo Horizonte, e Gabriel Morgado da Fonseca, defensor público.

Pensão alimentícia

As regras da pensão alimentícia foram modificadas com o novo CPC. O STJ decidiu que a obrigação dos avós não é automática após a morte do pai da criança. Como é calculado o valor da pensão a ser pago por eles? Os convidados são desembargador Newton Teixeira Carvalho, da 13ª Câmara Cível do TJMG, e Rachid Silva, coordenador de direito da Escola Superior de Advocacia da OAB/MG. ■

Agressões a crianças no Brasil

A violência contra crianças e adolescentes cresceu nos últimos anos no Brasil. A maior parte das violações é cometida em casa, pelos pais das vítimas. Mais da metade das vítimas tem menos de 11 anos; as meninas são as mais agredidas. Participa do programa, a juíza Livia Lúcia Oliveira Borba, da Vara Criminal da Infância e Juventude de Ribeirão das Neves (Grande BH). (Foto)

Apoio às Comarcas

O TJMG adotou o Programa de Apoio Emergencial às Comarcas (PAE), que é uma iniciativa para aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional. Como funciona a iniciativa e como melhorar a produtividade de juízes e servidores? Nosso convidado é o juiz Marcelo Rodrigues Fioravante, um dos coordenadores do programa e diretor do Foro de Belo Horizonte.

Alimentos gravídicos

A Lei Alimentos Gravídicos existe desde 2008 e prevê que a mulher receba apoio do homem apontado como o pai da criança, antes mesmo de o filho nascer. Como garantir uma gestação assistida? Após o nascimento da criança, o pai pode pedir revisão do benefício? Quem responde a essas perguntas é o juiz Renan Chaves Carreira Machado, da 12ª Vara de Família de Belo Horizonte.

Juros abusivos

De acordo com o Banco Central, a taxa do cheque especial chegou, no mês de junho, a 315,7% ao ano, a maior da série histórica iniciada em julho de 1994. O que são os juros abusivos? O que mudou para os Juizados com o novo Código de Processo Civil? Participa do programa, o juiz José Xavier Magalhães Brandão, do Juizado Especial de Consumo de Belo Horizonte. ■

TV ASSEMBLEIA

Sexta-Feira, às 23h

TV JUSTIÇA Quarta-feira, às 9h30

TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30

TV

TV JUSTIÇA

Sexta-feira, às 9h30

TV COMUNITÁRIA

Sábado, às 22h

Autopublicação

Veja quais são os passos para a autopublicação de um livro

Da ideia inicial do tema até a produção final em gráfica, há um trabalho considerável a ser feito para a publicação de um livro. Por isso, de acordo com o Osias Neves, sócio-diretor do Escritório de Histórias, é recomendável contar com o auxílio de empresas especializadas, que tenham

profissionais como editor, designer, revisor e produtor gráfico e aplicativos próprios para a edição de livros. Existem diversas editoras especializadas em atender a pessoas que

pretendem autopublicar seus livros, mas é importante que o autor compreenda o processo de edição. Por isso, resumimos aqui as etapas da publicação de um livro:

Conteúdo

Engloba a ideia inicial, pesquisa, checagem e a escrita do material em si.

Revisão

No processo de revisão, um profissional especializado vai ler todo o conteúdo, corrigindo eventuais erros gramaticais, além de conferir a concatenação das ideias. O ideal é que seja uma pessoa que nunca tenha lido o texto.

ISBN

O ISBN (International Standard Book Number) é um número e um código de barras, que pode ser colocado no livro (normalmente na contracapa). Ele é um sistema que identifica numericamente os livros segundo o título, o autor, o país e a editora. É recomendável que um livro possua esse número, pois, assim, os dados dele ficarão gravados nesse sistema internacional ao alcance de todas as pessoas. No Brasil, é a Fundação Biblioteca Nacional que cuida do sistema e emite os números. Isso pode ser feito pelo site: <http://www.isbn.bn.br/>.

Produção e Diagramação

Um profissional de design vai adequar o texto ao formato de livro em um arquivo digital. É nesta etapa que se define, por exemplo, o tamanho do livro, o tipo de letra utilizada, que

seja melhor para a leitura, e o tipo de papel. É aqui também que se cria a capa e o restante da parte visual do livro. Após o processo de diagramação, é importante fazer nova revisão.

Impressão

Com o arquivo digital do livro pronto, é hora de enviar para impressão em gráfica. É preciso definir os tipos de papéis que serão usados no miolo e nas capas. Após receber o arquivo, é importante que a gráfica envie uma prova para que o designer e o autor confirmem se está tudo certo, principalmente em relação à fidelidade das cores escolhidas.

Divulgação e lançamento

Agora, é pensar no lançamento, divulgação e distribuição. Também existem empresas especializadas que podem auxiliar nesse trabalho.

E-book:

Também é possível autopublicar um livro apenas digitalmente. Algumas empresas oferecem o serviço. No Kindle Direct Publishing, da Amazon, e no Publique-se, da Saraiva, por exemplo, é possível publicar o livro e colocá-lo à venda na loja virtual das empresas. Saiba mais em: https://kdp.amazon.com/signin?language=pt_BR e <http://www.saraiva.com.br/publique-se/>

**Instituto Mineiro
de Perícias**



Um olhar técnico a favor da

verdade.

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

Áreas de atuação e perícias técnicas:

- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnica
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro
Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

www.periciasmg.com.br

Convênio
AMAGIS

VOCÊ PODE NÃO VER,
MAS O SEGURO DPVAT
ESTÁ SEMPRE COM VOCÊ.



**PARA ACOMPANHAR
VOCÊ, O SEGURO DPVAT
ESTÁ CADA VEZ MELHOR.**

A arrecadação do Seguro DPVAT tem destino certo: 45% vai direto para o SUS e 5% para o DENATRAN, os 50% restantes são para indenizações das vítimas de trânsito (motociclista, pedestre, passageiro ou motorista). Solicitar o Seguro DPVAT é rápido e totalmente gratuito.

Mais informações, acesse:
www.seguradoralider.com.br

**INDENIZAÇÃO EM CASOS DE MORTE, INVALIDEZ
EM CARÁTER PERMANENTE E REEMBOLSO
DE DESPESAS MÉDICAS E HOSPITALARES.**



ACELERAÇÃO DO PROCESSO

A experiência da reforma do processo civil colombiano

FABRÍCIO SIMÃO DA CUNHA ARAÚJO*

Quarto maior país e segundo mais populoso da América Latina, com PIB per capita e IDH muito próximos dos índices brasileiros (IDHs de 0,72 e 0,75 respectivamente), a Colômbia guarda muitas semelhanças com o Brasil, como o modelo de república presidencialista democrático-representativa e, dentre muitos outros, o fato de que seu sistema jurídico-processual, até meados da década de 1980, apresentava situação de crise acentuada, com elevadíssima morosidade.

Para endereçar a situação, iniciaram-se reformas processuais em 1987 com o declarado propósito de descongestionamento do Judiciário, por meio da aceleração dos processos, simplificação e racionalização dos trâmites processuais e da transferência de competências tipicamente administrativas que se encontravam a cargo dos juízes.

O Plan Sectorial de Desarrollo de la Rama Judicial foi apto a alcançar o propósito a que se propôs. De 2007 a 2010, por exemplo, o número total de processos ativos na Colômbia caiu 13,7%. No Brasil, no mesmo período, o número de processos ativos aumentou em 23,13%. Em outras palavras, a Colômbia alcançou índice de descongestionamento 36,83% acima do brasileiro.

A aceleração e simplificação se deram com base em normas concretizadoras de três princípios, especialmente: a oralidade, a celeridade e

a observância dos deveres processuais pelas partes.

Por exemplo, a sentença, obrigatoriamente, será prolatada em audiência e, em casos complexos, no prazo improrrogável até duas horas. A Corte Constitucional, vale destacar, convalidou esta previsão legal ao argumento de que, para o funcionamento do modelo de processo por audiências, é necessário que tanto as partes como o juiz tenham analisado de maneira minuciosa a pretensão e a contestação de forma prévia à audiência e de que “não só é legítimo que o Estado crie mecanismos que tornem mais céleres os processos judiciais, quanto é uma obrigação constitucional dele, já que a falta de celeridade resulta em violação de direitos fundamentais”.

Prolatada a sentença, eventual recurso de apelação deverá ser interposto de forma oral, na mesma audiência, sob pena de preclusão. O procedimento da apelação é oral também em segunda instância. Admitido o recurso, designa-se audiência de alegações das partes e nela mesmo se decide por acórdão.

Os prazos processuais, são notavelmente mais reduzidos que no Brasil. Para contestar, é de 10

dias; para sentenciar, de, no máximo, duas horas e o prazo mais extenso dentre todos os recursos do sistema é de 5 dias.

A alçada mínima para interposição da casación (recurso especial) é de nada menos que R\$ 321.988,5. Por outro lado, processos de valor inferior a R\$ 11.364,30 são julgados em única instância.

Quanto à tutela do cumprimento dos deveres processuais, as partes, mesmo tendo contestado, têm que comparecer à audiência, sob pena de presunção dos fatos alegados pelo ex adverso e multa de 5 a 10 salários mínimos.

O descumprimento injustificado de decisão judicial por quaisquer particulares ou funcionários públicos enseja multa de um a cinco salários mínimos. A imposição da multa se dá por decisão motivada contra a qual cabe exclusivamente embargos de declaração. Não sendo pago o valor em dez dias, incide nova multa de um salário mínimo por dia, limitada a vinte dias.

Nos casos de atuação processual temerária ou de má-fé, não só a parte quanto o advogado podem ser sancionados. Caso, após a instrução, se constate que o valor do pedido excedia em 30% ou mais o real valor devido, o demandante deve pagar à parte contrária o valor de 10% da diferença.

Dentre outras inúmeras normas processuais, a simplificação ainda se deu pela (1) utilização de gravação das audiências; (2) simplificação das intimações pessoais, do

recurso de apelação e cassação e dos meios probatórios (e.g. admissão de declaração de testemunha por escrito, quando necessária antecipação de provas; admissão de inspeção judicial somente quando a parte não puder provar o fato por gravação de vídeo); (3) redução das hipóteses de cabimento do recurso contra decisões interlocutórias e (4) o efeito suspensivo deixou de ser a regra para a apelação.

Enfim, cotejando a reforma processual no Brasil com a experiência colombiana, percebe-se que perdemos boas oportunidades de tornar mais célere e simples a prestação jurisdicional. Ao contrário, dilatamos prazos, tornamos o sistema recursal ainda mais complexo, dentre outras medidas.

Por outro lado, é certo que o CPC/2015 trouxe inovações que podem incrementar significativamente a efetividade da jurisdição. Isso dependerá em grande parte da magistratura e da forma como dará aplicabilidade a tais previsões normativas. ■

(*) Juiz da 1ª Vara Cível de Teófilo Otoni. No livro *Direito Processual Civil Latino*, e na internet, é possível ler um artigo mais extenso sobre o assunto, publicado pelo magistrado.

A ACELERAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO SE DERAM COM BASE EM NORMAS CONCRETIZADORAS DE TRÊS PRINCÍPIOS, ESPECIALMENTE: A ORALIDADE, A CELERIDADE E A OBSERVÂNCIA DOS DEVERES PROCESSUAIS PELAS PARTES.



lucastleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



jonastleiloeiro.com.br

Sr(s) Magistrado(s): Realize seus leilões com o Leiloeiro Público Oficial



Publicidade



Suporte Jurídico



Site com 100.000 visualizações mês



Equipe especializada e Treinada



Software exclusivo e cadastro de arrematantes e interessados.

Leilões On line e Simultâneos



(37) 3242-2218 | (37) 99862-5659 | leiloesmg@leiloesmg.com.br



GRUPO CRÉDITO

Recuperação Judicial

Falência

Execução

Despachantes - Engenheiros
Economistas - Liquidantes Judiciais
Corretores Imobiliários - Contabilistas
Administradores Judiciais

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 fernando@grupocrédito.com.br

DESEMPREGO

Produtividade e relação com o suicídio

TARCÍSIO MARTINS COSTA*

Productividade é a expressão da eficiência de qualquer negócio, no processo de elaboração do produto na indústria, na agricultura ou em qualquer ramo da atividade organizada pelo ser humano.

Mostra a história que, no início do século 20, o americano Henry Ford conseguiu que, em sua fábrica, um carro fosse montado a cada 100 minutos, com qualidade e preço baixo, na incipiente linha de montagem. Ganhou-se no volume de produção, ou seja, em produtividade, sendo o método introduzido em outros setores produtivos, como a agricultura mecanizada e a construção civil. A capacidade de fazer mais com menos tempo, a custos bem menores, tornou-se sinônimo de desenvolvimento.

A lição foi absorvida por muitos países e, partir da década de 80, pelos chamados "Tigres Asiáticos" - Coreia do Sul, Cingapura, Taiwan e Hong Kong, no sudeste da Ásia - que apresentaram alta produtividade. Para isso, priorizaram a educação pública e, conseqüentemente, a formação do trabalhador, além de adotar táticas agressivas, mediante a isenção de imposto e mão de obra barata, visando atrair investimentos externos e a exportação.

Comparativamente, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a produtividade brasileira está emperrada, com algumas exceções. Encolheu 1,35% ao ano, na década de 80, continuando a cair à média de quase 1%, ao ano, na década seguinte. Nos anos 2000, avançou apenas 0,9% por ano, o que se mostrou insuficiente. Em suma, ainda não estamos preparados para enfrentar a 4ª revolução tecnológica - automação, inteligência artificial, nanotecnologia, neurociência, novas formas de energia e novos materiais - e a tendência ao

encurtamento das cadeias produtivas, com a verticalização da produção de alta tecnologia, como apontam os mais conceituados especialistas.

Atualmente, ainda são necessários cinco brasileiros para produzir a mesma riqueza que um americano. Na Europa, os alemães estão entre os mais produtivos, com uma jornada média de 38 horas semanal e 40 dias úteis de férias, por ano, contra 44 horas e 30 dias corridos de férias, dos brasileiros. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho

da, explica isso. Nós, brasileiros, temos, em média, 7,5 anos de escolaridade ante 12 anos dos americanos. Aqui, apenas 11% da população tem diploma universitário, quase a mesma proporção de 30 anos atrás. E o pior: só 35% dos alunos do ensino médio são plenamente alfabetizados, ou seja, têm condições de entender plenamente um manual. Apenas 13% da força de trabalho têm formação superior. Nas pequenas empresas, a situação é ainda mais grave, 7%. Vejam. Em 2010, o Brasil regis-

vos, está a perda de produtividade, o desânimo generalizado devido as frequentes demissões, com enorme sobrecarga para os remanescentes. Nessa situação, surgem as crises familiares, o trabalhador perde a confiança, passa a duvidar de si mesmo, desenvolvendo tendências destrutivas (abuso de álcool e risco de suicídio), ansiedade e depressão. Tudo isso a afetar diretamente a sua capacidade de produzir. Portanto, a perda de produtividade, provocada pelas frequentes demissões e sobrecarga daqueles que permanecem.

Estudos internacionais, como o feito pela Universidade de Zurique, com dados de 63 países, de 2000 a 2011, sinalizaram forte relação entre desemprego e suicídio. Rodrigo Leite, diretor do ambulatório do Instituto de Psiquiatria da USP, impressionado com o elevado índice entre os nossos desempregados, prega aos órgãos públicos que promovam campanha que combatam o preconceito em relação ao tratamento psicológico e psiquiátrico, concitando as empresas a criar redes de ajuda. Coberto de razão ao afirmar que "o suicídio não é ato de covardia nem ato de heroísmo. É falta de opção". ■

(*) Desembargador

NESSA SITUAÇÃO (DESEMPREGO), SURGEM AS CRISES FAMILIARES, O TRABALHADOR PERDE A CONFIANÇA, PASSA A DUVIDAR DE SI MESMO, DESENVOLVENDO TENDÊNCIAS DESTRUTIVAS (ABUSO DE ÁLCOOL E RISCO DE SUICÍDIO), ANSIEDADE E DEPRESSÃO.

e da OCDE, são necessários quatro brasileiros para produzir a mesma riqueza de um alemão. A grande diferença se explica. Afinal, os Estados Unidos e Alemanha investem oito e sete vezes mais do que o Brasil em educação. Em suma, aqueles que investiram na educação, na infraestrutura e em instituições fortes têm uma economia mais eficiente e, portanto, mais rica. No caso do Brasil, infelizmente, com muito mais horas de trabalho, produzimos muito menos.

O baixo nível educacional, sem dúvi-

trou somente 22.681 pedidos de patentes contra quase meio milhão nos Estados Unidos. Investimos apenas 1,2% do PIB em pesquisa e desenvolvimento, apenas um terço do esforço japonês.

Fator quase sempre relegado é a relação entre o desemprego e suicídio. No Brasil, são 10,6 milhões de desempregados, de acordo com os dados do primeiro semestre de 2016, situação provocada pela recessão da economia por dois anos consecutivos. Entre os impactos negati-

DICAS

Tratamento Ocular Quimioterápico com Antiangiogênio

Entre os diversos tratamentos cobertos pela Amagis Saúde, está o Ocular Quimioterápico com Antiangiogênico: uma terapêutica oftalmológica na qual é realizada uma aplicação ocular medicamentosa (por exemplo: Eylia ou Lucentis), por meio de injeção intravítrea, para blo-

quear em parte ou totalmente a angiogênese local (formação de vasos sanguíneos) associada à saída de líquidos orgânicos na Degeneração Macular relacionada à idade. Esses medicamentos inibem o aparecimento de neoformação vasculares na retina, que comprometem a visão.

Os procedimentos para os tratamentos oferecidos pelas operadoras são regulados pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

Veja abaixo algumas das diretrizes de utilização que os planos de saúde devem seguir para a liberação desse tratamento.

🕒 **Cobertura obrigatória no início do tratamento, desde que preenchidos os critérios do Grupo I e nenhum dos critérios do Grupo II:**

GRUPO I

Melhor acuidade visual corrigida entre 20/20 e 20/400;

Ausência de dano estrutural permanente da fóvea central;

Tamanho das lesões inferior ou igual a 4 áreas de disco na maior dimensão linear;

Crescimento de novos vasos sanguíneos, constatado por tomografia de coerência óptica ou angiografia com fluoresceína e piora da acuidade visual.

GRUPO II

Dano estrutural permanente da fóvea, quando não é mais possível a prevenção de mais perda visual;

Evidência ou suspeita de hipersensibilidade a um dos agentes antiangiogênicos.

🕒 **Desobrigação da cobertura após o início do tratamento para o Grupo III nas seguintes situações:**

GRUPO III

Reação de hipersensibilidade a um agente anti-VEGF comprovada ou presumida;

Redução da acuidade visual no olho tratado para menos de 30 letras (absolutos), diagnosticado e confirmado através de uma segunda avaliação, atribuíveis a DMRI na ausência de outra doença;

Aumento progressivo do tamanho da lesão confirmada por tomografia de coerência óptica ou angiografia com fluoresceína, apesar de terapia otimizada por mais de três aplicações consecutivas;

Tomografia de Coerência Óptica que evidencie presença de edema, apesar de terapia otimizada por mais de três aplicações consecutivas.



PRESIDENTE

Maurício Torres Soares

DIRETORIA DO AMAGIS SAÚDE:

Vice-presidente de Saúde
Luzia Divina de Paula Peixoto
Diretor de Saúde
Edison Feital Leite
Diretor Financeiro
Kenea Márcia
Damato de Moura Gomes
Conselho Gestor:
TJMG
Alexandre Quintino Santiago
Renato Luis Dresch

Suplentes

Estevão Lucchesi de Carvalho
Edison Feital Leite
Juizes da Capital
Carlos Salvador Carvalho de Mesquita
Marli Maria Braga Andrade
Suplentes
João Luiz Nascimento de Oliveira
Kenea Márcia Damato de Moura Gomes
Juizes do Interior
Dalton Soares Negrão
Juarez Morais de Azevedo

Suplentes

Mateus Bicalho de Melo Chavinho
Marcelo Carlos Cândido
Aposentados
Francisco Kupidowski
Alberto Aluizio Pacheco de Andrade
Suplentes
José Nicolau Masselli
Paulo Mendes Alvares
Ouvidora do Amagis Saúde
Maria Luiza Santana Assunção

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008
Jornalistas:
Georgina Baçvaroff - Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210
Projeto Gráfico: Agência Graffo
Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital
Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

História preservada

Painel instalado na Amagis Saúde conta os 40 anos do Plano

IZABELA MACHADO



Maurício Soares e Luzia Peixoto

Reconhecida oito vezes pela Agência Nacional de Saúde pela excelência na prestação de serviços, a Amagis Saúde iniciou sua trajetória vitoriosa quatro décadas antes da sua consolidação como plano de autogestão em

2009. Para preservar essa conquista, a diretoria da Amagis inaugurou, na sede da Amagis Saúde, o painel que registra essa história, no dia 25 de agosto, durante a comemoração dos 5 anos do Amor à Vida (*leia mais na página 24*).

A iniciativa é resultado do trabalho de pesquisa realizado pelo departamento de Saúde da Amagis e pela Assessoria de Comunicação, que, como parte da comemoração dos 40 anos da Amagis Saúde, resgatou documentos que contam a história do plano e seus personagens, como o desembargador Erotides Diniz, que só aceitou presidir a Amagis com a criação de um departamento capaz de prestar assistência à saúde dos magistrados. Visite a Amagis Saúde e conheça um pouco mais da história do plano. ■

Prevenção contra o câncer

Palestra no Integramagis abordou os cuidados com o câncer de pele

Atualmente, estima-se que 50% da população branca acima de 60 anos pode desenvolver algum tipo de câncer de pele. Na opinião de especialistas, como a médica dermatologista Joana Mendes Bretas, hoje, a prevenção chega a ter um papel mais importante do que o próprio tratamento.

Foi com o objetivo de orientar os associados da Amagis sobre os cuidados contra a doença que, convidada pela Amagis Saúde, Joana Mendes ministrou a palestra "Câncer de pele: prevenção e mapeamento", durante o Integramais de co-

AMAGIS



Exposição foi realizada no salão de festas da Amagis

memoração dos cinco anos do programa 'Amor à Vida', realizado no dia 25 de agosto (*leia mais na página 24*).

Na exposição, a dermatologista apontou o tabagismo, a exposição ao arsênio, síndromes genéticas, imunossupressão (eficácia reduzida do sistema imunológico), machucados crônicos, úlceras crônicas e o sol, como

os principais fatores de risco para o desenvolvimento do câncer de pele.

De acordo com Joana Mendes, o principal cuidado que deve ser tomado é com a exposição solar. O Brasil, por sua localização geográfica, é o País no mundo com maior extensão de território em proximidade com o sol. "Estamos expostos à radiação ultravio-

leta o tempo inteiro", alertou a médica.

A dermatologista observou que havia o entendimento de que se poderia ficar livre ao sol somente com o uso do protetor solar. "O uso de protetor solar deve ser feito no dia a dia não é só quando se vai à praia", observou. Entretanto, segundo ela, quando for uma proteção solar mais intensa é indispensável o uso de chapéu, óculos, roupas e se abrigar em coberturas naturais ou artificiais.

O tipo de câncer de pele mais comum é o carcinoma basocelular. O melanoma é o tipo de câncer de pele mais agressivo, que se parece com uma pinta. ■

‘Amor à Vida’ busca ampliação aos 5 anos

Diretoria estuda novas ações para programa de promoção à saúde

Desde a criação da Amagis Saúde, há 40 anos, a qualidade de vida dos magistrados e seus familiares sempre foi a razão de existência do plano de saúde da classe. No dia 25 de agosto, mais um capítulo dessa história foi contada, com a comemoração dos cinco anos do programa Amor à Vida, celebrado em uma edição especial do Integramagis.

Criado no dia 18 de agosto de 2011, na gestão do juiz Bruno Terra (2010/2012), cujo vice-presidente de Saúde era o juiz Luiz Carlos Resende e Santos, o ‘Amor à Vida’ surgiu, inicialmente, como um projeto e, com o passar dos anos, consolidou-se como programa de prevenção e promoção à saúde.

Na celebração, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, destacou que a proposta do ‘Amor à Vida’ é, a partir do trabalho da equipe multidisciplinar - formada por um cardiologista, endocrinologista, geriatra, nutricionista e fisioterapeuta-, integrar as informações sobre o quadro clínico de cada paciente para que seja indicado o tratamento mais adequado a cada associado. “Esse é um programa que, como todos podem perceber, aproxima muito as várias especialidades e que oferece um tratamento mais acolhedor a todos os magistrados”, disse.

O ‘Amor à Vida’, entretanto, não tem como objetivo substi-

AMAGIS



Magistrados e familiares na celebração

tuir os médicos com os quais os magistrados e seus familiares já estão acostumados a se consultar. Nesses casos, o programa funciona como uma complementação da assistência médica, uma vez que nele o associado pode contar com o apoio de outros especialistas, acrescentando mais dados para a avaliação do profissional que o acompanha há mais tempo. Os usuários da Amagis Saúde podem agendar uma visita ao médico de seu interesse no ‘Amor à Vida’.

Como observou o presidente Maurício Soares, o acolhimento humanizado aos usuários do plano é um dos eixos do programa.

Para manter essa meta, a escuta médica durante as consultas são feitas com um tempo maior do que o usual, para que seja feita uma análise mais cuidadosa de cada caso, sempre respeitado o intervalo entre os atendimentos, evitando filas de espera.

O vínculo dos magistrados e seus familiares com o programa, para que eles estabeleçam novos cuidados, a fim de que possam receber periodicamente orientações sobre hábitos de vida saudáveis, de forma individualizada, é outro objetivo do ‘Amor à Vida’.

Em busca de fortalecer essa relação, a diretoria da Amagis estuda a ampliação das

ações do ‘Amor à Vida’, como observou a vice-presidente de Saúde, juíza Luzia Peixoto: “A intenção da Amagis é ampliar esse programa, ter outras atividades, de forma a sempre cuidar da saúde do magistrado”. Para ela, os magistrados se dedicam muito ao trabalho e acabam descuidando da saúde.

Ainda durante a comemoração dos cinco anos do ‘Amor à Vida’, foi inaugurado o painel que conta os 40 anos de história da Amagis Saúde, e realizada a palestra sobre prevenção do câncer de pele, ministrada pela médica dermatologista Joana Mendes Bretas (saiba mais na página 23).

Para agendar o atendimento com um dos especialistas do programa basta ligar para (31) 3079-3472. A Amagis oferece ainda assistência odontológica aos associados. As consultas são realizadas na sede da Associação. ■



Ligue para (31)
3079-3472,
e agende
uma consulta.